

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	28

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	59
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	62

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	74.220
Preferenciais	0
Total	74.220
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	6.646.494	4.512.034
1.01	Ativo Circulante	1.052.723	1.015.221
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	55.774	281.812
1.01.02	Aplicações Financeiras	866.943	629.349
1.01.03	Contas a Receber	77.874	73.904
1.01.03.01	Clientes	77.874	73.904
1.01.06	Tributos a Recuperar	21.052	458
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	21.052	458
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	31.080	29.698
1.01.08.03	Outros	31.080	29.698
1.01.08.03.04	Outros créditos	31.080	29.698
1.02	Ativo Não Circulante	5.593.771	3.496.813
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.455.645	1.438.569
1.02.01.04	Contas a Receber	69.890	69.610
1.02.01.04.01	Poder Concedente	69.890	69.610
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.176.214	1.144.972
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	1.176.214	1.144.972
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	209.541	223.987
1.02.01.10.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	168.237	180.653
1.02.01.10.05	Outros Ativos	3.238	3.205
1.02.01.10.06	Direito de uso	38.066	40.129
1.02.04	Intangível	4.138.126	2.058.244

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	6.646.494	4.512.034
2.01	Passivo Circulante	749.956	440.418
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.148	4.833
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.148	4.833
2.01.02	Fornecedores	21.642	26.283
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21.642	26.283
2.01.03	Obrigações Fiscais	50.045	41.259
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	45.283	36.726
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	32.065	22.887
2.01.03.01.02	Obrigações fiscais	13.218	13.839
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.762	4.533
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	276.297	318.235
2.01.04.02	Debêntures	276.297	318.235
2.01.05	Outras Obrigações	28.308	24.191
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.862	13.262
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9.862	13.262
2.01.05.02	Outros	18.446	10.929
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	9.905	2.448
2.01.05.02.05	Credor pela concessão	1.529	1.532
2.01.05.02.07	Financiamento por Arrendamento Financeiro	7.012	6.949
2.01.06	Provisões	367.516	25.617
2.01.06.02	Outras Provisões	367.516	25.617
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	367.516	25.617
2.02	Passivo Não Circulante	3.780.978	2.872.177
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.331.532	2.340.890
2.02.01.02	Debêntures	2.331.532	2.340.890
2.02.02	Outras Obrigações	31.895	33.630
2.02.02.02	Outros	31.895	33.630
2.02.02.02.07	Passivo de Arrendamento	31.895	33.630
2.02.03	Tributos Diferidos	902.508	462.589
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	902.508	462.589
2.02.04	Provisões	515.043	35.068
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	30.685	35.068
2.02.04.02	Outras Provisões	484.358	0
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	484.358	0
2.03	Patrimônio Líquido	2.115.560	1.199.439
2.03.01	Capital Social Realizado	226.145	226.145
2.03.02	Reservas de Capital	85.981	85.981
2.03.04	Reservas de Lucros	1.803.434	887.313
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	1.803.434	887.313

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.340.335	238.143
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.051.944	-81.559
3.03	Resultado Bruto	1.288.391	156.584
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.808	-18.242
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.059	-18.606
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.251	364
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.271.583	138.342
3.06	Resultado Financeiro	116.526	2.555
3.06.01	Receitas Financeiras	212.734	40.543
3.06.02	Despesas Financeiras	-96.208	-37.988
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.388.109	140.897
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-471.988	-47.915
3.08.01	Corrente	-32.069	-34.138
3.08.02	Diferido	-439.919	-13.777
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	916.121	92.982
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	916.121	92.982
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	12,34332	1,25279

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	916.121	92.982
4.03	Resultado Abrangente do Período	916.121	92.982

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	167.381	127.397
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	206.173	166.229
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	916.121	92.982
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	439.919	13.777
6.01.01.03	Amortização do Intangível	38.651	23.007
6.01.01.04	Juros Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	94.828	37.170
6.01.01.06	Reversão para Provisão Riscos Cíveis, Trib. e Trabalhistas	-3.171	-2.669
6.01.01.07	Provisão de Manutenção	826.270	1.168
6.01.01.10	Baixa de Intangível	0	-2
6.01.01.12	Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento e juros provisionados	1.021	60
6.01.01.13	Imposto de renda e contribuição social Corrente	32.069	34.138
6.01.01.14	Ajuste a valor presente sobre debêntures ativas e mútuos	-31.242	-33.402
6.01.01.15	Receita de reequilíbrio	-2.108.293	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-37.565	-37.481
6.01.02.01	Contas a Receber e Contas a Receber Poder Concedentes e Partes Relacionadas	-4.250	-3.974
6.01.02.02	Impostos a Recuperar, Outros Ativos e Direito de uso	-22.011	5.219
6.01.02.03	Depósito e Bloqueios Judiciais	12.416	-3.633
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços e Partes Relacionadas	-9.209	-2.080
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.315	925
6.01.02.07	Outras Contas a Pagar	7.457	-1.889
6.01.02.08	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-22.891	-32.874
6.01.02.09	Obrigações fiscais e imposto de renda e contribuição social	-392	825
6.01.03	Outros	-1.227	-1.351
6.01.03.01	Apropriação de Outorga Variável	-3	-166
6.01.03.02	Provisão de Manutenção - Utilização	-13	-795
6.01.03.03	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Tributários - Utilização	-1.211	-390
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-244.603	-28.286
6.02.01	Aquisição de Ativo Intangível	-7.009	-28.286
6.02.02	Aplicações financeiras	-237.594	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-148.816	-83.540
6.03.02	Debêntures - Pagamento de principal	0	-6.000
6.03.03	Pagamento de Juros Debêntures	-146.124	-26.763
6.03.04	Distribuição de Dividendos	0	-50.000
6.03.05	Arrendamento - pagamentos de principal e juros	-2.692	-777
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-226.038	15.571
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	281.812	191.110
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	55.774	206.681

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	226.145	85.981	887.313	0	0	1.199.439
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	226.145	85.981	887.313	0	0	1.199.439
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	916.121	0	916.121
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	916.121	0	916.121
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	226.145	85.981	887.313	916.121	0	2.115.560

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	226.145	85.981	312.344	0	0	624.470
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	226.145	85.981	312.344	0	0	624.470
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	92.982	0	92.982
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	92.982	0	92.982
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	226.145	85.981	312.344	92.982	0	717.452

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	2.362.130	258.537
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	249.255	228.935
7.01.02	Outras Receitas	2.110.853	2.780
7.01.02.01	Receita de Reequilíbrio	2.108.293	0
7.01.02.02	Outras receitas	2.560	2.780
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.022	26.822
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.020.231	-68.476
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-991.013	-16.168
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23.941	-20.644
7.02.04	Outros	-5.277	-31.664
7.02.04.01	Custo da concessão	-4.363	-3.835
7.02.04.02	Custo de Construção	-2.022	-26.822
7.02.04.03	Outros	1.108	-1.007
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.341.899	190.061
7.04	Retenções	-38.651	-23.007
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-38.651	-23.007
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.303.248	167.054
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	212.734	40.791
7.06.02	Receitas Financeiras	212.734	40.791
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.515.982	207.845
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.515.982	207.845
7.08.01	Pessoal	8.664	7.452
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.792	4.904
7.08.01.02	Benefícios	2.470	1.993
7.08.01.03	F.G.T.S.	402	555
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	494.992	69.427
7.08.02.01	Federais	482.402	57.856
7.08.02.03	Municipais	12.590	11.571
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	96.205	37.984
7.08.03.01	Juros	93.039	36.274
7.08.03.03	Outras	3.166	1.710
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	916.121	92.982
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	916.121	92.982

Comentário do Desempenho



Release de Resultados 1T26

Comentário do Desempenho



ri.viaappia.com.br

CONTATOS DE RI

Bernardo Monteiro Lobato
Zerkowski Figueiredo

Fabio Moura e Silva

Felipe Fernandes Tepedino

ri@viaappia.com.br

Itu (SP), 15 de maio de 2026 – Rodovias das Colinas S.A. (“Companhia” e/ou “Via Colinas”), concessionária que administra 307 quilômetros de rodovias no Estado de São Paulo, divulga hoje seus resultados referentes ao primeiro trimestre de 2026 (“1T26”).

DESTAQUES

- » **Reequilíbrio Contratual:** Em 5 de fevereiro de 2026, a Companhia celebrou com o Governo do Estado de São Paulo o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 30/2026, que prorrogou o prazo da concessão até 1º de junho de 2044 e incluiu dois novos ciclos de conserva especial. Os efeitos do reequilíbrio foram reconhecidos no resultado do 1T26, por meio do registro de receita de reequilíbrio contratual de R\$ 2,1 bilhões, sem efeito caixa no período.
- » **Receita com Arrecadação de Pedágio:** A receita de pedágio totalizou R\$ 249,2 milhões no 1T26, alta de 8,9% em relação ao 1T25. No período, o tráfego cresceu 1,6%, alcançando 17,4 milhões de veículos equivalentes (VEQ). O desempenho refletiu o reajuste tarifário médio de 7,0% aplicado em julho de 2025 e a evolução do tráfego de veículos leves.
- » **EBITDA Ajustado:** O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 178,5 milhões no 1T26, aumento de 7,4% em relação ao 1T25. A margem EBITDA Ajustada foi de 77,6%, redução de 1,1 p.p. na comparação anual, refletindo o crescimento dos custos inerentes à operação, principalmente conservação de rotina, prestadores de serviços e reforço da estrutura operacional para o início do novo ciclo de conserva especial.
- » **Estrutura de Capital:** A Companhia encerrou o 1T26 com caixa de R\$ 922,7 milhões e alavancagem de 2,38x Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM, redução de 0,12x em relação ao 4T25. A estrutura de capital reflete a emissão de debêntures realizada em julho de 2025, que contribuiu para o alongamento do perfil da dívida, redução do custo médio e reforço da liquidez da Companhia.

Comentário do Desempenho



DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

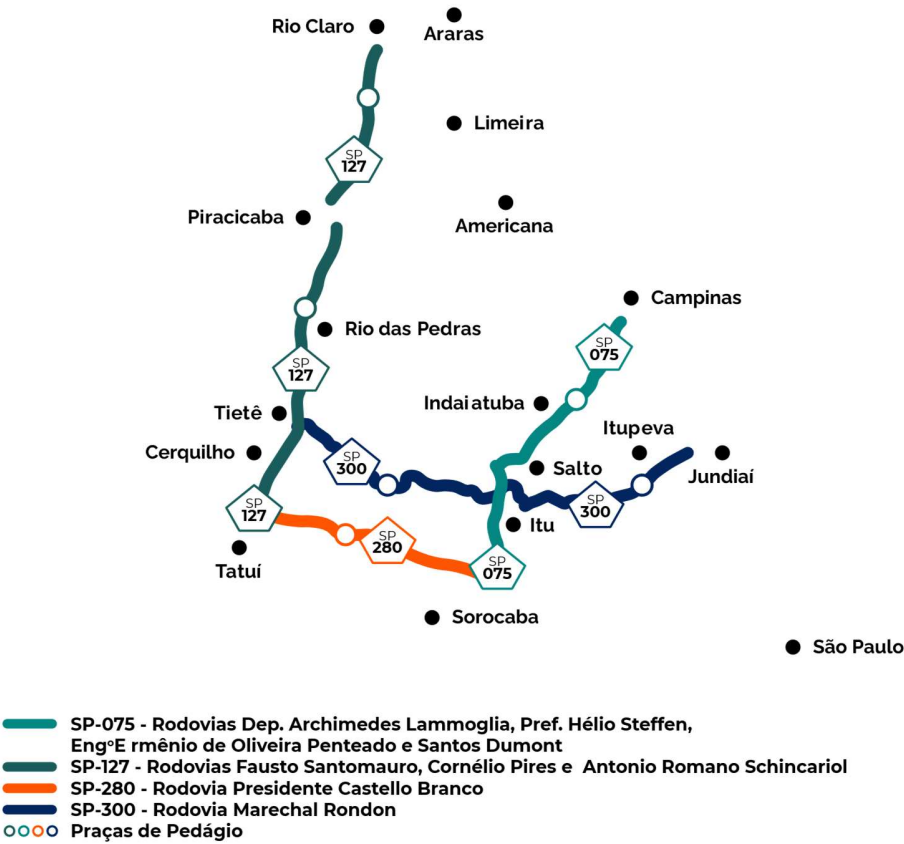
R\$ ('000)	1T26	1T25	Δ %
Leve	8.964	8.681	3,3%
Pesado	8.467	8.471	(0,0%)
VEQ ('000)	17.431	17.152	1,6%
RECEITA LÍQUIDA (ex-construção e reequilíbrio)	230.020	211.321	8,8%
EBITDA AJUSTADO	178.535	166.268	7,4%
Margem EBITDA Ajustado (%)	77,6%	78,7%	(1,1) p.p.
LUCRO LÍQUIDO	916.121	92.982	885,3%

Endividamento (R\$ '000)	1T26	4T25	Var. %
12ª Emissão (série única)	570.326	549.983	3,7%
13ª Emissão (série única)	2.060.193	2.133.654	(3,4%)
DÍVIDA BRUTA	2.630.519	2.683.637	(2,0%)
Caixa	922.717	911.161	1,3%
DÍVIDA LÍQUIDA	1.707.802	1.772.476	(3,6%)
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM	2,38x	2,50x	(0,12)x

Comentário do Desempenho



TRÁFEGO



A Via Colinas é formada por quatro rodovias no Estado de São Paulo, com destaque para os corredores SP-280 (Castello Branco) e SP-075 (Santos Dumont), que concentram a maior parte da arrecadação de pedágio da Companhia.

A SP-280 é uma via estratégica para o transporte de commodities agrícolas, conectando as regiões central e oeste do Estado de São Paulo ao Estado de Mato Grosso do Sul, além de integrar essas áreas à capital paulista e ao Porto de Santos. A elevada participação de veículos pesados nesse corredor reforça sua relevância para o transporte de grandes volumes e cargas, especialmente do setor agropecuário.

A SP-075, por sua vez, apresenta perfil de tráfego mais regional, sendo relevante para a conexão entre Campinas e Sorocaba e para o acesso ao Aeroporto Internacional de Viracopos. A maior participação de veículos leves nessa rodovia reflete a natureza intermunicipal dos deslocamentos diários.

Comentário do Desempenho



VEÍCULOS EQUIVALENTES

VEQ ('000)	1T26	1T25	Δ %
Leve	8.964	8.681	3,3%
Pesado	8.467	8.471	(0,0%)
VEQ TOTAL	17.431	17.152	1,6%

No 1T26, o volume total de veículos equivalentes cresceu 1,6% em relação ao 1T25, impulsionado pela expansão de 3,3% no tráfego de veículos leves. O segmento de veículos pesados permaneceu praticamente estável no período.

TARIFAS DE PEDÁGIO

Praça de Pedágio	Tarifa a partir de 01/07/2025
Boituva	13,80
Indaiatuba	19,40
Itupeva	10,60
Rio Claro	8,80
Porto Feliz	11,00
Rio das Pedras	14,20

1T26

Praça de Pedágio ('000)	Receita	% Receita	VEQ
Indaiatuba	106.533	42,5%	5.491
Boituva	73.501	29,3%	5.326
Itupeva	34.406	13,7%	3.245
Rio Claro	14.309	5,7%	1.626
Rio das Pedras	12.482	5,0%	879
Porto Feliz	9.507	3,8%	864
TOTAL	250.738		

Tarifa Média R\$	14,38
------------------	-------

Em 1º de julho de 2025, a Companhia aplicou reajuste tarifário que, considerando o efeito combinado dos reajustes autorizados, arredondamentos tarifários e composição por praça, resultou em incremento médio gerencial de aproximadamente 7,0% na tarifa média arrecadada, refletindo a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato por meio dos mecanismos regulatórios aplicáveis.

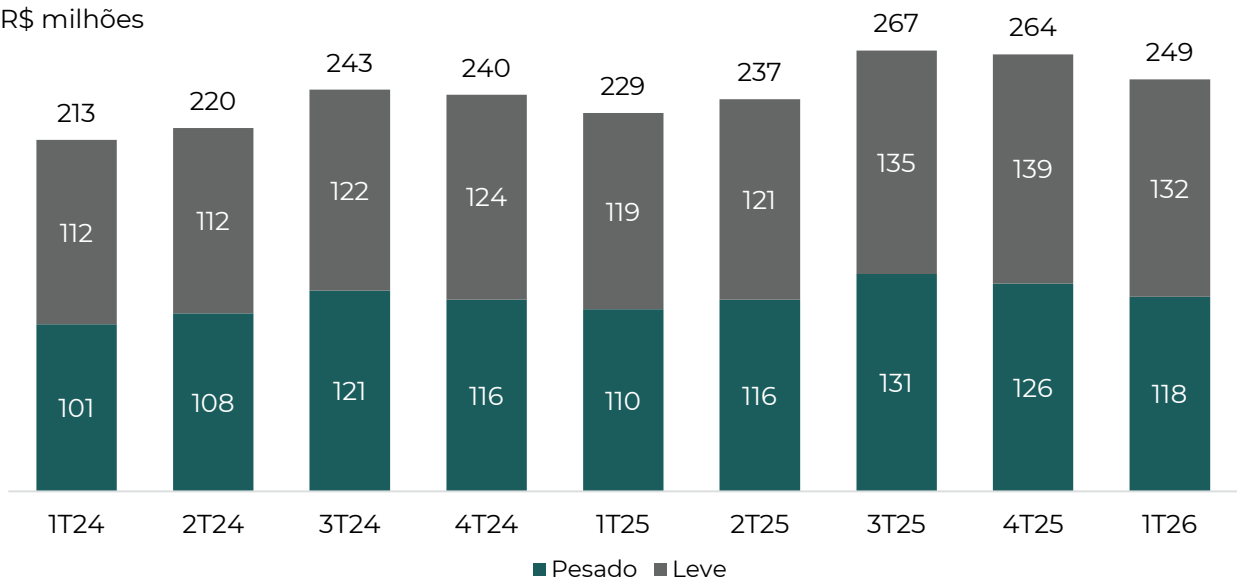
Comentário do Desempenho



RECEITA

Receita (R\$ '000)	1T26	1T25	Δ
Leves	132.320	119.156	11,0%
Pesados	118.417	110.497	7,2%
Abatimentos e Sobras	(1.482)	(718)	106,5%
Receita Tarifária	249.255	228.935	8,9%
Receitas Acessórias	2.560	2.416	6,0%
Receitas de Construção	2.022	26.822	-92,5%
Receitas de Reequilíbrio	2.108.293	-	n.a.
RECEITA BRUTA	2.362.130	258.173	814,9%
Impostos Sobre a Receita	(21.795)	(20.030)	8,8%
RECEITA LÍQUIDA	2.340.335	238.143	882,7%
RECEITA LÍQUIDA (ex-Construção e Reequilíbrio)	230.020	211.321	8,8%

RECEITA TARIFÁRIA (ANTES DE ABATIMENTOS E SOBRAS)

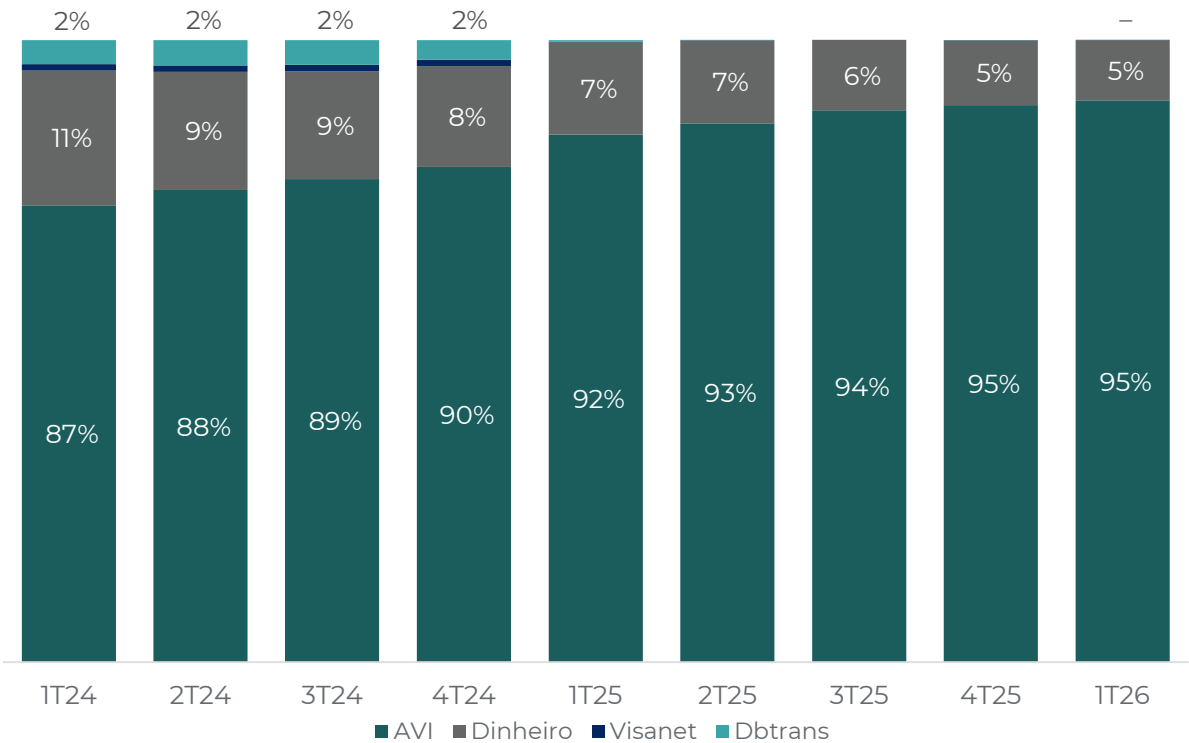


A receita tarifária totalizou R\$ 249,2 milhões no 1T26, crescimento de 8,9% em relação ao 1T25. O desempenho foi impulsionado pelo reajuste tarifário médio de aproximadamente 7,0%, aplicado em julho de 2025, e pelo crescimento de 1,6% no volume de veículos equivalentes, com destaque para a evolução do tráfego de veículos leves.

Comentário do Desempenho

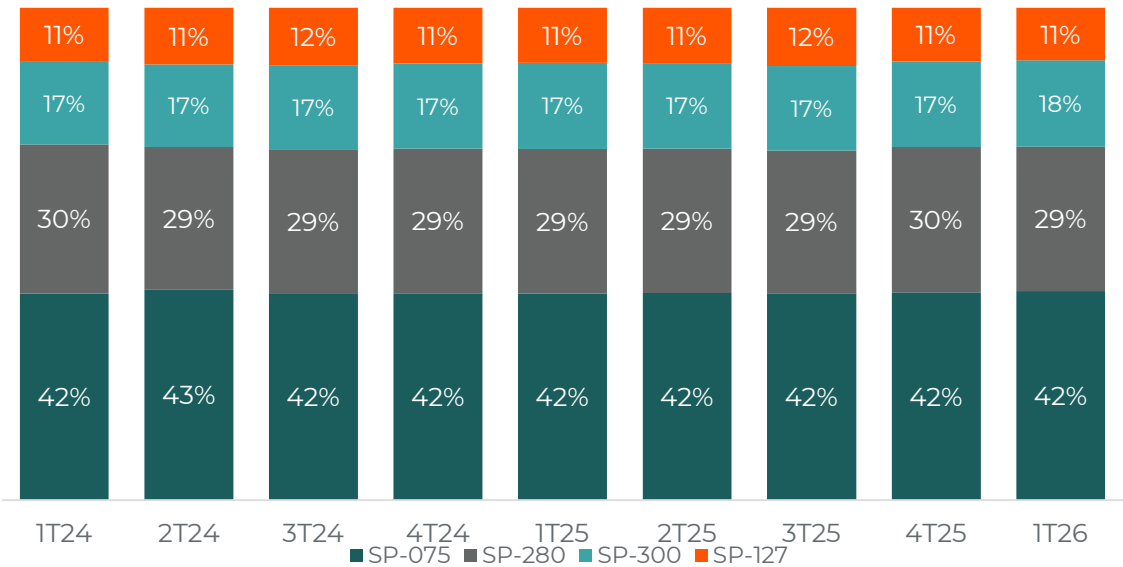


DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA DE PEDÁGIO POR MEIO DE PAGAMENTO



A participação dos meios de pagamento eletrônico (AVI) atingiu 95,2% da receita de pedágio no 1T26, mantendo a tendência de digitalização da arrecadação. Esse perfil contribui para maior eficiência operacional, com redução de custos associados ao manuseio de numerário e maior fluidez nas praças de pedágio.

DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA DE PEDÁGIO POR RODOVIA



Comentário do Desempenho



A composição da arrecadação por corredor rodoviário reforça a relevância das rodovias SP-075 e SP-280 para o desempenho financeiro da Companhia, representadas principalmente pelas praças de Indaiatuba e Boituva, que responderam por 42,5% e 29,3% da receita de pedágio no 1T26, respectivamente.

RECEITAS ACESSÓRIAS

As receitas acessórias totalizaram R\$ 2,6 milhões no 1T26, crescimento de 6,0% em relação ao 1T25. Os principais contratos referem-se à exploração da faixa de domínio, incluindo cabos de fibra ótica, oleodutos e adutoras.

RECEITAS DE REEQUILÍBRIO

A receita líquida totalizou R\$ 2,3 bilhões no 1T26, aumento de 882,7% em relação ao 1T25, impactada principalmente pelo reconhecimento da receita de reequilíbrio contratual de R\$ 2,1 bilhões decorrente do TAM nº 30/2026. Trata-se de efeito contábil, sem impacto caixa no período.

Excluindo os efeitos de construção e reequilíbrio, a receita líquida atingiu R\$ 230,0 milhões, crescimento de 8,8% na comparação anual, refletindo a evolução da receita tarifária e das receitas acessórias.

Comentário do Desempenho



CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS (R\$ '000)	1T26	1T25	Δ %
Conserva, Manutenção e Operação da Rodovia	(2.162)	(887)	143,7%
Prestadores de serviços	(28.307)	(22.736)	24,5%
Materiais e equipamentos	(4.697)	(7.827)	(40,0%)
Funcionários	(9.863)	(8.599)	14,7%
Ônus variável da concessão	(4.363)	(3.835)	13,8%
Outras despesas	(2.142)	(1.534)	39,6%
Outras receitas	48	364	(86,8%)
Reembolso/(Despesas) de seguros	-	3.756	(100,0%)
TOTAL CUSTOS INERENTES À OPERAÇÃO	(51.486)	(41.298)	24,7%
Amortização de intangível	(38.651)	(23.005)	68,0%
Constituição de provisão de manutenção	(978.242)	(1.172)	83.367,8%
Reversões/(Provisões) de Contingências	3.203	(4.843)	(166,1%)
Custo com construção	(2.022)	(26.822)	(92,5%)
Não Recorrentes	(1.554)	(2.661)	(41,6%)
TOTAL CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.068.752)	(99.801)	970,9%
TOTAL CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (EX-CONSTRUÇÃO)	(1.066.730)	(72.979)	1.361,7%

No 1T26, os custos e despesas operacionais, excluindo construção, totalizaram R\$ 1.066,7 milhões, aumento de 1.361,7% em relação ao 1T25. A variação foi impactada principalmente pela constituição de provisão de manutenção de R\$ 978,2 milhões, associada aos novos ciclos de intervenção no pavimento incluídos no TAM nº 30/2026. Parte desse efeito foi compensada no resultado financeiro pelo reconhecimento de receita de AVP da provisão de manutenção, no montante de R\$ 152,0 milhões, resultando em efeito líquido negativo antes dos impostos de R\$ 826,3 milhões.

Já os custos inerentes à operação totalizaram R\$ 51,5 milhões, aumento de 24,7% em relação ao 1T25. A variação reflete maiores despesas com conservação de rotina, prestadores de serviços e pessoal, parcialmente compensadas pela redução em materiais e equipamentos.

O aumento das despesas com conservação de rotina está associado à necessidade de maior volume de intervenções operacionais no pavimento, em preparação para o novo ciclo de conserva especial previsto no TAM nº 30/2026.

As despesas com prestadores de serviços foram impactadas pelo maior compartilhamento de serviços corporativos e operacionais entre as companhias do grupo, além de custos relacionados às atividades de conservação da rodovia. Já as despesas com pessoal refletem o reforço do time técnico e operacional para suportar a preparação e o início do novo ciclo de conserva especial, além dos reajustes salariais aplicáveis no período.

Comentário do Desempenho



EBITDA

EBITDA (R\$ '000)	1T26	1T25	Δ %
RECEITA LÍQUIDA	2.340.335	238.143	882,7%
Receita de Construção	(2.022)	(26.822)	(92,5%)
RECEITA LÍQUIDA (ex-construção)	2.338.313	211.321	1.006,5%
Custos Inerentes à Operação	(51.486)	(41.298)	24,7%
Demais Custos	(1.015.244)	(31.681)	3.104,6%
CUSTOS OPERACIONAIS (ex-construção)	(1.066.730)	(72.979)	1.361,7%
EBIT	1.271.583	138.342	819,2%
Depreciação e amortização	38.651	23.005	68,0%
EBITDA	1.310.234	161.347	712,1%
Reversões / (Provisões) de Contingências	(3.203)	4.843	n.a.
Reembolso de seguros	-	(3.756)	(100,0%)
Receita de Reequilíbrio	(2.108.293)	-	n.a.
Provisão manutenção	978.242	1.172	83.367,8%
Não recorrentes	1.554	2.661	(41,6%)
EBITDA AJUSTADO	178.535	166.268	7,4%
Margem EBITDA Ajustada	77,6%	78,7%	(1,1) p.p.

O EBITDA Ajustado da Companhia totalizou R\$ 178,5 milhões no 1T26, avanço de 7,4% em relação ao 1T25. A margem EBITDA Ajustada foi de 77,6%, redução de 1,1 p.p. na comparação anual.

O crescimento do EBITDA Ajustado foi sustentado pela evolução da receita líquida ajustada, impulsionada pelo reajuste tarifário aplicado em julho de 2025 e pelo crescimento do tráfego no período. Por outro lado, a margem foi pressionada pelo aumento dos custos inerentes à operação, principalmente em função dos maiores gastos com conservação de rotina, prestadores de serviços e reforço da estrutura técnica e operacional para suportar o início do novo ciclo de conserva especial.

No trimestre, o EBITDA contábil foi impactado pelos efeitos do TAM nº 30/2026, incluindo o reconhecimento da receita de reequilíbrio contratual e da provisão de manutenção associada aos novos ciclos de intervenção no pavimento. Para fins de análise da performance operacional recorrente, esses efeitos foram excluídos do EBITDA Ajustado.

Comentário do Desempenho



RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ '000)	1T26	1T25	Δ %
Receita com rend. de aplicação financeira	26.918	5.083	429,6%
AVP da provisão de manutenção	151.973	-	n.a.
Outras receitas financeiras	2.601	2.058	26,4%
RECEITAS FINANCEIRAS	181.492	7.141	2.441,5%
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(94.828)	(37.170)	155,1%
AVP da provisão de manutenção	-	(582)	(100,0%)
Outras despesas financeiras	(1.380)	(236)	484,7%
DESPESAS FINANCEIRAS	(96.208)	(37.988)	153,3%
AVP da debênture ativa e mútuo	31.243	33.402	(6,5%)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	116.526	2.555	4.460,7%

No 1T26, a Companhia registrou resultado financeiro líquido positivo de R\$ 116,5 milhões, ante resultado positivo de R\$ 2,6 milhões no 1T25. O desempenho foi impactado principalmente pelo reconhecimento de receita financeira de R\$ 152,0 milhões relacionada ao ajuste a valor presente da provisão de manutenção associada aos novos ciclos de intervenção no pavimento previstos no TAM nº 30/2026.

Essa receita financeira compensou parcialmente a constituição da provisão de manutenção reconhecida nos custos e despesas operacionais, no montante de R\$ 978,2 milhões. Dessa forma, o efeito líquido da provisão de manutenção e do respectivo AVP foi negativo em R\$ 826,3 milhões antes dos efeitos tributários.

As receitas financeiras totalizaram R\$ 181,5 milhões no trimestre, também beneficiadas pelo maior rendimento das aplicações financeiras, em linha com a posição de caixa da Companhia. Adicionalmente, o resultado financeiro foi impactado positivamente pelo AVP de debêntures ativas e mútuos, no montante de R\$ 31,2 milhões.

As despesas financeiras somaram R\$ 96,2 milhões no 1T26, compostas majoritariamente por juros e variações monetárias sobre debêntures. O aumento em relação ao 1T25 reflete a emissão de R\$ 2,0 bilhões realizada em julho de 2025, que contribuiu para o reforço da liquidez, alongamento do perfil da dívida e redução do custo médio da dívida da Companhia.

Comentário do Desempenho



RESULTADO LÍQUIDO

RESULTADO LÍQUIDO (R\$ '000)	1T26	1T25	Δ %
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSLL	1.388.109	140.897	885,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(471.988)	(47.915)	885,1%
RESULTADO LÍQUIDO	916.121	92.982	885,3%
% Margem Líquida	39,1%	39,0%	0,1 p.p.

No 1T26, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 916,1 milhões, aumento de 885,3% em relação ao 1T25. A margem líquida foi de 39,1%, ante 39,0% no mesmo período do ano anterior.

O desempenho foi impactado principalmente pelo reconhecimento da receita de reequilíbrio contratual decorrente do TAM nº 30/2026, no valor de R\$ 2,1 bilhões, sem efeito caixa no período. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo efeito líquido da provisão de manutenção associada aos novos ciclos de intervenção no pavimento, bem como pelo reconhecimento de IR/CSLL diferidos relacionados ao reequilíbrio.

Excluindo os efeitos contábeis associados ao reequilíbrio, o resultado do trimestre refletiu a evolução operacional da Companhia, com crescimento da receita líquida ajustada e EBITDA Ajustado de R\$ 178,5 milhões.

ENDIVIDAMENTO

Endividamento (R\$ '000)	1T26	4T25	Var. %
12ª Emissão (série única)	570.326	549.983	3,7%
13ª Emissão (série única)	2.060.193	2.133.654	(3,4%)
DÍVIDA BRUTA	2.630.519	2.683.637	(2,0%)
Caixa	922.717	911.161	1,3%
DÍVIDA LÍQUIDA	1.707.802	1.772.476	(3,6%)
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM	2,38x	2,50x	(0,12)x

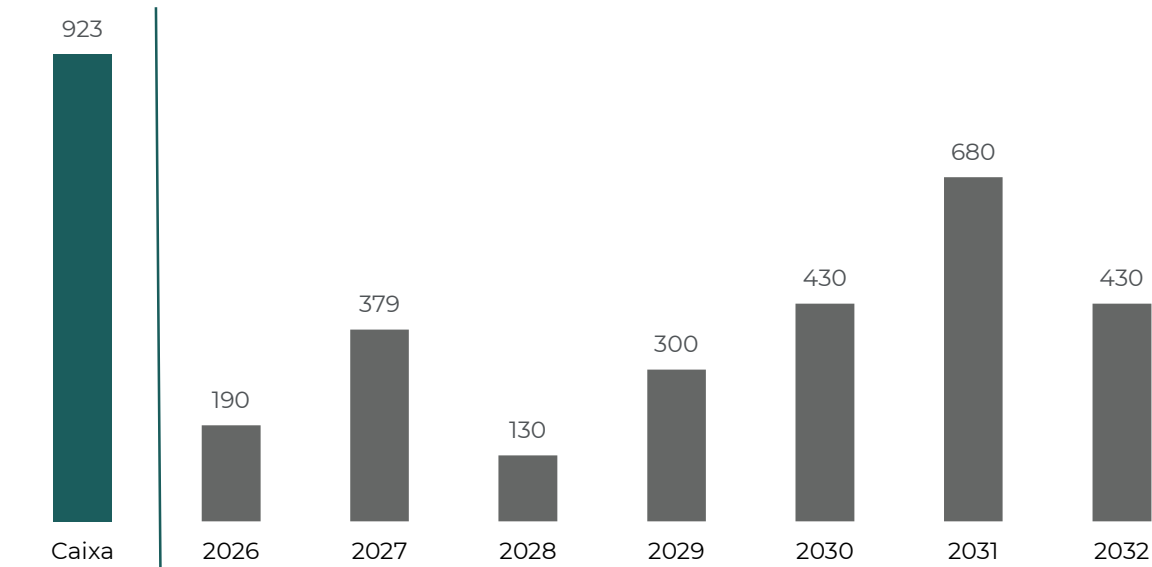
A Companhia encerrou o 1T26 com dívida bruta de R\$ 2,6 bilhões, redução de 2,0% em relação ao 4T25, e caixa de R\$ 922,7 milhões, resultando em dívida líquida de R\$ 1,7 bilhão. Para fins de apresentação gerencial, os saldos de dívida bruta e dívida líquida não consideram a dedução dos custos de transação das debêntures. A alavancagem, medida pela relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM, foi de 2,38x, redução de 0,12x em relação ao trimestre anterior.

A estrutura de capital reflete a 13ª emissão de debêntures, concluída em julho de 2025, no valor de R\$ 2,0 bilhões e custo de CDI + 0,80% a.a., acompanhada do resgate total antecipado da 10ª emissão, contratada a CDI + 2,50% a.a. A operação contribuiu para o alongamento do perfil da dívida, redução do custo médio da dívida e reforço da liquidez da Companhia.

Comentário do Desempenho



Cronograma de Amortização de Principal (R\$ Milhões)



INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ '000)	1T26	1T25	Δ
Conserva Especial	35	49	(28,1%)
CAPEX	8.113	7.942	2,2%
Desapropriações	28	26.772	(99,9%)
INVESTIMENTOS	8.177	34.763	(76,5%)

Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$ 8,2 milhões no 1T26, redução de 76,5% em relação ao 1T25. A variação reflete, principalmente, a elevada base comparativa do primeiro trimestre de 2025, impactada por desembolsos relevantes com desapropriações. Excluindo esse efeito, o CAPEX apresentou crescimento de 2,2% na comparação anual.

Com a celebração do TAM nº 30/2026, foram incluídos dois novos ciclos de intervenção no pavimento, no âmbito da conservação especial, reforçando o compromisso da Companhia com a melhoria da qualidade da malha concedida e a manutenção dos níveis de serviço da concessão. A execução dessas intervenções deve contribuir para a recuperação estrutural do pavimento.

Comentário do Desempenho

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações financeiras intermediárias da Via Colinas, aqui apresentadas, foram elaboradas de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e com base nas informações contábeis intermediárias revisadas por auditores independentes. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

Anexo I

Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais - R\$)	1T26	4T25
ATIVOS		
CIRCULANTES		
Caixa, equivalentes e aplicações financeiras	922.717	911.161
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	77.874	73.904
Impostos a recuperar	21.052	458
Outros ativos	31.080	29.698
Total dos ativos circulantes	1.052.723	1.015.221
NÃO CIRCULANTES		
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	69.890	69.610
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Debêntures com terceiros	1.176.214	1.144.972
Depósitos e bloqueios judiciais	168.237	180.653
Outros ativos	3.238	3.205
Total do realizável a longo prazo	1.417.579	1.398.440
Direito de Uso	38.066	40.129
Intangível	4.138.126	2.058.244
Total dos ativos não circulantes	5.593.771	3.496.813
TOTAL DOS ATIVOS	6.646.494	4.512.034
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTES		
Debêntures	276.297	318.235
Passivo de Arrendamento	7.012	6.949
Fornecedores	21.642	26.283
Débitos com partes relacionadas	9.862	13.262
Obrigações fiscais	50.045	41.259
Credor pela concessão	1.529	1.532
Provisões	367.516	25.617
Obrigações sociais e trabalhistas	6.148	4.833
Dividendos a pagar	-	-
Outras contas a pagar	9.905	2.448
Total dos passivos circulantes	749.956	440.418
NÃO CIRCULANTES		
Debêntures	2.331.532	2.340.890
Passivo de Arrendamento	31.895	33.630
Provisões	30.685	35.068
Outros Passivos	1.386.866	462.589
Total dos passivos não circulantes	3.780.978	2.872.177
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	226.145	226.145
Reservas de capital	85.981	85.981
Reservas de lucros	1.803.434	887.313
Lucros acumulados	-	-
Total do patrimônio líquido	2.115.560	1.199.439
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.646.494	4.512.034

Comentário do Desempenho

Anexo II

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$'000)	1T26	1T25
Receita de Pedágio	249.255	228.935
Outras Receitas	2.560	2.416
Receita de Construção	2.022	26.822
Receita de Reequilíbrio	2.108.293	-
Impostos Sobre Receita	(21.795)	(20.030)
RECEITA LÍQUIDA	2.340.335	238.143
RECEITA LÍQUIDA (ex. Construção e reequilíbrio)	230.020	211.321
Custos Inerentes À Operação	(51.486)	(41.298)
Reversões / (Provisões) de Contingências	3.203	(4.843)
Depreciação e Amortização	(38.651)	(23.005)
Despesas Relacionadas A Ampliações E Manutenção	(980.264)	(27.994)
Não Recorrentes	(1.554)	(2.661)
CUSTOS E DESPESAS	(1.068.752)	(99.801)
Exclusão do custo com construção	2.022	26.822
CUSTOS E DESPESAS (ex. Construção)	(1.066.730)	(72.979)
EBIT	1.271.583	138.342
Depreciação e Amortização	38.651	23.005
EBITDA	1.310.234	161.347
Reversões / (Provisões) de Contingências	(3.203)	4.843
Reembolso de seguros	-	(3.756)
Receita de Reequilíbrio	(2.108.293)	-
Provisão de Manutenção	978.242	1.172
Não recorrentes	1.554	2.661
Ajuste Base Comparativa	-	-
EBITDA AJUSTADO	178.535	166.268
Receitas Financeiras	26.918	5.083
Juros e Correção Monetária	(94.828)	(37.170)
AVP da Provisão para Manutenção	151.973	(582)
AVP de Debêntures e Mútuos	31.243	33.402
Outras Receitas / (Despesas) Financeiras	1.221	1.822
RESULTADO FINANCEIRO	116.526	2.555
LUCRO ANTES DO IR e CSLL	1.388.109	140.897
IR e CSLL Correntes	(32.069)	(34.138)
IR e CSLL Diferidos	(439.919)	(13.777)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(471.988)	(47.915)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	916.121	92.982

Comentário do Desempenho

Anexo III

FLUXO DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Em milhares de reais - R\$)	1T26	1T25
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	916.121	92.982
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	439.919	13.777
Imposto de renda e contribuição social corrente	32.069	34.138
Amortização do intangível	38.651	23.007
Receita de reequilíbrio	(2.108.293)	-
Baixa do intangível	-	(2)
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento e juros provisionados	1.021	60
Receitas de aplicações financeiras	-	-
Juros sobre debêntures passivas	94.828	37.170
Juros sobre debêntures ativas e mútuos	-	-
Ajuste a valor presente sobre debêntures ativas e mútuos	(31.242)	(33.402)
Provisão para manutenção	826.270	1.168
Reversão da provisão para perdas de créditos esperada	-	-
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(3.171)	(2.669)
Contas a receber de clientes, do poder concedente e de partes relacionadas	(4.250)	(3.974)
Impostos a recuperar e outros ativos	(22.011)	5.219
Depósitos e bloqueios judiciais	12.416	(3.633)
Fornecedores e débitos com partes relacionadas	(9.209)	(2.080)
Obrigações fiscais	(392)	825
Obrigações sociais e trabalhistas	1.315	925
Provisão para manutenção - utilização	(13)	(795)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - pagamento	(1.212)	(390)
Apropriação credor pela concessão	(3)	(166)
Outras contas a pagar	7.458	(1.890)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(22.891)	(32.874)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	167.381	127.397
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações financeiras	(237.594)	-
Aquisição de intangível	(7.009)	(28.286)
Outros investimentos financeiros	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(244.603)	(28.286)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	-	(50.000)
Debêntures:		
Captações	-	-
Pagamento de principal	-	(6.000)
Pagamento de juros	(146.124)	(26.763)
Pagamento da outorga fixa	-	-
Arrendamento - pagamentos de principal e juros	(2.692)	(777)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(148.816)	(83.540)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(226.037)	15.571
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	281.812	191.110
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	55.775	206.681

Comentário do Desempenho



Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Rodovias das Colinas S.A. ("Companhia"), sediada em Itu, Estado de São Paulo, constituída em 26 de fevereiro de 1999, iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. A Companhia tem como objeto social a operação, as ampliações e a manutenção do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação entre as cidades de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas, por meio de Contrato de Concessão. Em 25 de abril de 2013, a Companhia obteve registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Em 27 de maio de 2024, em observância à Resolução CVM nº 44, a Companhia informou a seus investidores e ao mercado em geral que, nesta data, foi concluída a operação que resultou na venda de 100% do capital social da Companhia, da AB Concessões S.A. ("antiga controladora") para a Via Appia Fundo de Investimentos em Participações Infraestrutura ("FIP Via Appia"). Com essa operação, a Companhia passou a ser uma controlada indireta do FIP Via Appia e uma controlada da Via Appia Concessões S.A.

O Contrato de Concessão tem como objetivo a execução, a gestão e a fiscalização dos serviços delegados, a prestação de serviços de apoio aos serviços não delegados e de serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 240 meses, com início em março de 2000. As cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas.

Em dezembro de 2006, por meio do Termo Aditivo e Modificativo - TAM nº 19/06 do Contrato de Concessão nº 012/CR/00, foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP a prorrogação do prazo de concessão por mais 100 meses, como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, reconhecido pelo TAM nº 18/06, sem alteração do valor do ônus fixo (vide Nota 12), nem do prazo de pagamento original, passando o prazo da concessão para 340 meses com término em 02 de julho de 2028. Em complemento ao desequilíbrio econômico, reconhecido no TAM nº 18/06, a Companhia formalizou a compensação, nas parcelas mensais do ônus fixo, das diferenças de majoração supervenientes de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (2% para 3%), a partir de março de 2007 até fevereiro de 2020.

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, de 27 de junho de 2011, o Poder Concedente e a Companhia celebraram o TAM nº 25/11, em 1º de dezembro de 2011, que definiu a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias do Estado de São Paulo, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicaria na revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, por meio de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes.

As cláusulas deste TAM passariam a vigorar a partir de 1º de julho de 2013, entretanto, por Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP de 27 de junho de 2013, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013 mantendo como índice o IGP-M, conforme previsto nos termos originais do Contrato de Concessão. Contudo, o governo do Estado de São Paulo cancelou o

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

reajuste previsto para julho de 2013 e anunciou medidas para a compensação, que foram (i) redução de 1,5% dos pagamentos do ônus variável; (ii) utilização dos créditos das adequações decorrentes de atrasos e postergações de obras que resultaram em desequilíbrio favorável ao Estado; (iii) cobrança do eixo suspenso dos veículos comerciais e; (iv) modificação no ônus fixo. A Resolução SLT Nº, 4 de 22 de julho de 2013, autorizou a cobrança de eixo suspenso a partir de 22 de julho de 2013, onde são considerados para fins de cobrança da tarifa de pedágio todos os eixos de veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo pelo conjunto de sensores utilizados nas praças de pedágio.

Em 01 de julho de 2014, a ARTESP autorizou o reajuste na tarifa de pedágio em 5,51%. A Companhia desconhece a forma de cálculo utilizada para a definição dos reajustes, pois não corresponde à aplicação do índice previsto no contrato de concessão.

Em 27 de junho de 2015, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2015, em 4,11%. No dia 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Companhia e a ARTESP o Termo de Retificação ao Termo Aditivo e Modificativo nº 25/11, o qual estabelece desde então que no reajuste contratual da Companhia seria aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos, preservado à Companhia o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão através de extensão de prazo da concessão.

Em 03 de junho de 2022, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo nº 27/2022 ("TAM 27/2022"), por meio do qual foram reconhecidos os desequilíbrios apurados referentes ao 1º e 2º biênios (período de 2013 a 2017), em conformidade com a disciplina estabelecida no TAM 25/2011. O referido aditivo foi firmado sem prejuízo de novas e sucessivas apurações de desequilíbrio econômico-financeiro decorrentes da alteração do índice de reajuste contratual, conforme previsto no TAM 25/2011.

Em 30 de abril de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo nº 28/2025 ("TAM 28/2025"), com os seguintes objetivos o: (i) reconhecimento dos desequilíbrios econômico-financeiros em virtude da diferença entre os índices IGP-M e IPCA, conforme destacado acima no TAM 25/2011 (período 01/07/2013 a 30/06/2024); (ii) reequilíbrio do Contrato de Concessão, por meio de prorrogação de prazo, em função dos desequilíbrios resultantes do item (i); (iii) alteração do índice de reajuste tarifário para IPCA, a partir do período prorrogado; e (iv) ajustar a percentagem de 3% (três por cento), calculado sobre as receitas tarifárias de pedágio e das receitas acessórias a título de ônus de fiscalização, para o período prorrogado (porém sem revogar o efeito do TAM que estabelece redução de 1,5% dos pagamentos do ônus variável). Com isso, em decorrência do TAM 28/25, o Contrato de Concessão foi prorrogado em 1.799 (mil, setecentos e noventa e nove) dias, contados a partir de 03 de julho de 2028, passando o término da Concessão para 05 de junho de 2033. O reconhecimento dos efeitos contábeis deste TAM está refletido nas notas 09 e 18.

Em 27 de junho de 2024, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 3,93% baseados na evolução do IPCA entre maio/2023 e maio/2024, a vigorar a partir de 1º de julho de 2024.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

Em 01 de julho de 2025, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 3,05% baseados na evolução do IPCA entre maio/2024 e maio/2025, que vigorou a partir de 1º de julho de 2025

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso (ônus) de pagar:

- Valor fixo liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 2000. Esse valor foi reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento foi aplicado à tarifa de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. Essa obrigação foi registrada na rubrica “Credor pela concessão” e foi ajustada a valor presente a partir do início da concessão à taxa de juros de 5% ao ano, definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi lançada na rubrica “Direito de outorga da concessão”, classificada no ativo intangível.
- Valor variável correspondente a 1,50% da receita de pedágio e 23,50% das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Em 05 de fevereiro de 2026, a Companhia celebrou, com o Governo do Estado de São Paulo, Termo Aditivo e Modificativo nº 30/2026 (“TAM nº 30/2026”) ao CONTRATO 012/CR/200 (“Contrato de Concessão”).

O TAM nº 30/2026 tem por objetivo: (i) a inclusão dos investimentos atinentes às obras de dois ciclos de intervenção de pavimento no âmbito da conservação especial no escopo do Contrato de Concessão Rodoviária nº 012/CR/2000 (5º e 6º ciclos); (ii) reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, conforme cálculos realizados por fluxo de caixa marginal; e (iii) equilibrar o Contrato de Concessão, por meio de prorrogação de prazo, em função dos desequilíbrios resultantes dos itens acima.

Desta forma, o Contrato de Concessão fica com seu prazo contratual prorrogado para 01 de junho de 2044.

Adicionalmente, a Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

Obras concluídas***Rodovia SP-300 - Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto e Marechal Rondon***

- Duplicações: km 64,60 ao km 103 (trecho Jundiá/Itu); km 108,90 ao km 136,6 (Itu/Porto Feliz); km 140,825 ao km 144,120 (Porto Feliz/Tietê); km 149,96 ao km 152,3 (Porto Feliz/Tietê); km 155,35 ao km 158,65 (Tietê). Adicionalmente, foram implantados dispositivos de retorno, além de outros melhoramentos determinados pelo Poder Concedente quando da assinatura do contrato.

Rodovia SP-127 - Rodovia Professor Francisco da Silva Pontes, Rodovia Antonio Romano Schincariol, Rodovia Cornélio Pires, Rodovia Fausto Santo Mauro

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

- Duplicações: km 39,90 ao km 50,52 (Piracicaba/Rio das Pedras/Saltinho); km 55,3 ao km 58,48 (Rio das Pedras), km 62,3 ao km 63,64 (Tietê); km 76 ao km 105,90 (Tietê/Cerquilha/Tatuí). Adicionalmente, foram implantados dispositivos de retorno, além de outros melhoramentos e recuperação e manutenção do Contorno de Piracicaba - SP 127 e implantação de ponte km 82,4 (Rio Tietê).
- Duplicações: km 51 ao km 83 (Saltinho/Tietê), sendo dividida na seguinte etapa: km 51 ao km 52,2 (Saltinho).
- Implantação: dispositivo de retorno km 96,9 Cerquilha, realizado conforme solicitação no km 92.

SP 280 - Rodovia Presidente Castelo Branco

- Implantação de faixas adicionais do km 110 ao km 122,7 - pista leste Boituva e do km 104,1 ao km 122,7 - pista oeste Porto Feliz/Boituva.
- Implantação de vias marginais km 90,5 ao km 94,2 (Toyota).

SPI 102/300 - Anel Viário Itu

- Implantação de 7,1 km do Anel Viário de Itu, ligando as rodovias SP 300 do km 102 a SP 075 na altura do km 32 com a execução de obras de arte especiais.

SP075 - Rodovia Santos Dumont, José Ermírio de Moraes, Deputado Archimedes Lammoglia, Prefeito Helio Steffen e Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado

- Duplicação do km 36,60 ao km 38,85, além da implantação de passarelas e outros elementos de segurança.
- Implantação do Complexo Viário de Interligação do Distrito Industrial de Indaiatuba - km 50,9.

A Companhia estima o montante de R\$ 851.874 em 31 de março de 2026 (R\$ 25.617 em 31 de dezembro de 2025), para cumprir com as obrigações de realizar as recuperações e manutenções até 31 de dezembro de 2031. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

A Companhia, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviço adequado durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos para as estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. Eventuais recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato serão discutidas com Poder Concedente, conforme previsões do Contrato de Concessão.

A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

2. Base de apresentação e elaboração das Informações Trimestrais e políticas contábeis materiaisDeclaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting, emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (última demonstração financeira anual).

As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações financeiras preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards) conforme emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas selecionadas que explicam os eventos e transações significativas que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 15 de maio de 2026.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2025, exceto quando indicado de outra forma.

Não houve alterações significativas nas premissas utilizadas que pudessem resultar em efeitos materiais nas demonstrações intermediárias.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

3.1. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias são as mesmas que as aplicadas na preparação da última demonstração financeira anual. Portanto, a Administração optou por não divulgar novamente em detalhes as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Assim, faz-se necessário a leitura dessas informações contábeis intermediárias em conjunto com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de modo a permitir que os usuários ampliem o seu entendimento acerca da condição financeira e de liquidez da Companhia e da sua capacidade em gerar lucros e fluxos de caixa.

Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

As alterações de normas e novas normas que entraram em vigor em 2026 não são aplicáveis ou não tiveram impactos materiais para a Companhia, na preparação dessas informações contábeis intermediárias.

4. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras**a) Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Caixa e contas bancárias	2.564	3.109
Aplicações financeiras (a)	53.210	278.703
	<u>55.774</u>	<u>281.812</u>

- (a) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e aplicações em operações compromissadas com remuneração média de 98,67% em 31 de março de 2026 (96,93% em 31 dezembro de 2025), da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

b) Aplicação financeira

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Aplicações financeiras (b)	866.943	629.349

- (b) Aplicações financeiras em fundos de investimentos de renda fixa, com liquidez imediata, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com remuneração média de 100,00% do CDI em 31 de março de 2026

5. Contas a receber de cliente e do poder concedente

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Pedágio eletrônico e outros (a)	77.565	73.616
Receitas acessórias	2.578	2.556
Provisão para perdas de crédito esperada (c)	(2.268)	(2.268)
ARTESP - ponto a ponto (b)	69.890	69.610
Total	<u>147.765</u>	<u>143.514</u>
Circulante	77.874	73.904
Não circulante	69.890	69.610

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

- (a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. Vide Nota 23, seção "riscos de mercado", item (b).
- (b) Contas a receber do Poder Concedente referentes à implantação do sistema ponto a ponto do pedágio, cujo reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Companhia foi objeto do Termo Aditivo e Modificativo - TAM nº 26/2019, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01. Devido a evidência objetiva de realização desses saldos, nenhuma provisão para crédito esperada foi constituída. A Companhia aguarda definição do poder concedente quanto a forma de recebimento/compensação, e por isso classificou o montante integralmente como recebível a longo prazo.
- (c) Refere-se a provisão constituída para as passagens em análise pelos repassadores e receitas acessórias vencidas acima de 90 dias.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes e do Poder Concedente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP, é de 30 dias.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada está demonstrada a seguir:

	31/03/2026	31/03/2025
No início do exercício	(2.268)	(1.128)
Adições/Reversões no período	-	-
Baixas no período	-	-
No final do período	(2.268)	(1.128)

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/03/2026	31/12/2025
A vencer	77.747	73.565
Vencidos:		
Até 30 dias	54	-
De 31 a 90 dias	75	139
Acima de 91 dias (a)	72.158	72.078
	150.033	145.782

- (a) Refere-se substancialmente a montantes a receber do Poder Concedente, referente à implantação do sistema ponto a ponto do pedágio no valor de R\$ 69.890 em 31 de março de 2026 (R\$ 69.610 em 31 de dezembro de 2025), conforme item (b) acima.

6. Debêntures e Mútuo com terceiros

	31/03/2026	31/12/2025
AB Concessões S.A. - debêntures (a)	1.011.592	984.461
AB Concessões S.A. – mútuo a receber (b)	164.622	160.511
	1.176.214	1.144.972
Movimentação	31/03/2026	
Em 31 de dezembro de 2024	1.177.901	
Ajuste a valor presente (AVP) no exercício	(32.929)	
Em 31 de dezembro de 2025	1.144.972	

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

Ajuste a valor presente (AVP) no período

31.242

Em 31 de março de 2026**1.176.214**

- (a) Debêntures: em 29 de junho de 2012, a controladora anterior AB Concessões S.A., emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A Companhia adquiriu 800 debêntures, remuneradas a 100% da variação acumulada da taxa CDI, acrescida de juros que variam de 2,80% a 3,20% ao ano, que seriam pagos integralmente na data de vencimento. Estas contas a receber da controladora anterior está vinculado à emissão, por parte da Companhia, das debêntures privadas descritas na Nota 9. Essas debêntures foram repactuadas em 11 de dezembro de 2013 e seu vencimento prorrogado para 28 de janeiro de 2014 e, posteriormente, para 31 de dezembro de 2024. Os juros remuneratórios das debêntures foram alterados para 3,20% a.a. entre os dias 24 de abril de 2013 e 31 de janeiro de 2014, 1,35% a. a. de 1º de fevereiro de 2014 a 14 de agosto de 2017 e 1,6448% a.a. de 15 de agosto de 2017 até a data de seu vencimento em dezembro de 2024, podendo ser renovável. Em 30 de junho de 2023 ocorreu a prorrogação do vencimento para 31 de dezembro de 2024. Os juros remuneratórios serão pagos integralmente na data do vencimento, sendo incorporados a cada período de capitalização. Os recursos repassados à controladora anterior, por meio da aquisição das referidas debêntures, foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela Concessionária SPMAR S.A., empresa concessionária dos trechos sul e leste do Rodoanel Mário Covas, localizado na região metropolitana de São Paulo. Em 24 de março de 2021, foi realizada a alienação de 83 (oitenta e três) debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. no valor de R\$ 99.144, através da compensação de dividendos declarados pela Companhia. Em 27 de maio de 2024, com a venda de 100% do capital social da Companhia, da AB Concessões S.A. para a Via Appia Concessões S.A., conforme nota explicativa nº. 1, esse valor deixou de ser um saldo com partes relacionadas.

- (b) Saldo de mútuo com a controladora anterior AB Concessões S.A., sobre o qual incidiam juros de 30% acima das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DIs de um dia, expressas de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, tendo como vencimento original 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovável por igual período. Em 12 de dezembro de 2016, foi prorrogado o vencimento para 31 de dezembro de 2021 e a taxa de remuneração foi alterada para 110% do DI - Certificado de Depósitos Interbancários, ao ano, expressa de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, aplicados a partir de 1º de janeiro de 2017, e foram amortizados R\$171.392 de juros do saldo de mútuo com a AB Concessões S.A., com saldo de dividendos distribuídos na mesma data.

Em 30 de junho de 2023, foi realizada a amortização antecipada de parte do Mútuo, por pagamento, no montante de R\$50.000.

Em 27 de maio de 2024, com a venda de 100% do capital social da Companhia, da AB Concessões S.A. para a Via Appia Concessões S.A., conforme nota explicativa nº. 1, esse valor deixou de ser um saldo com partes relacionadas.

Em 27 de maio de 2024, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração dos Juros das Debêntures a receber para reduzi-los para zero e a exclusão dos juros e encargos financeiros incidentes sobre o Contrato do Mútuo, ambos com efeitos retroativos a partir de 01 de abril de 2024, de modo que a controladora anterior ("AB Concessões") pagará os Juros e encargos do Contrato acumulados até 31 de março de 2024. Em 20 de dezembro de 2024, foi prorrogado o vencimento para 31 de dezembro de 2026. A Companhia fez uma avaliação da modificação dos ativos e concluiu que a modificação não resulta no desreconhecimento do ativo. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia recalculou o valor do ativo financeiro considerando o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados e reconheceu o Ajuste de Valor Presente (AVP) no valor de R\$ 354.282 e constituiu o valor de R\$ 120.456 de IRPJ e CSLL Diferidos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou a recuperabilidade dos valores a receber das Debêntures e Mútuo. Considerando a expectativa de recebimento, substancialmente, em 31 de dezembro de 2027, a Companhia revisou o cálculo do Ajuste ao Valor Presente. O saldo de Ajuste de Valor Presente (AVP) em 31 de março de 2026 é de R\$ 296.982 (R\$ 328.224 em 31 de dezembro de 2025).

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

A recuperabilidade dos créditos perante a AB Concessões foi avaliada pela Administração com base em estudo que considerou a capacidade econômico-financeira da devedora e, principalmente, a expectativa de ingresso de recursos provenientes de sua controlada Triângulo do Sol Autoestradas S.A. ("Triângulo do Sol"), bem como a natureza e o estágio das principais fontes econômicas associadas a tais créditos.

Em síntese, a avaliação considerou: (i) créditos regulatórios favoráveis à Triângulo do Sol já reconhecidos pelo Poder Concedente; (ii) valores potencialmente recuperáveis em processo tributário relacionado à amortização fiscal de ágio, incluindo levantamento de depósitos judiciais e repetição de indébito; e (iii) valores potencialmente liberáveis em processos trabalhistas.

Nesta data, a Companhia possui tratativas junto a AB Concessões e a Triângulo do Sol para o fortalecimento de cláusulas da estrutura da dívida e do *enforcement* das obrigações financeiras vigentes. Essas negociações, contemplam a assunção de responsabilidade solidária, a revisão do cronograma de vencimentos e a vinculação prioritária de fluxos de caixa para a amortização do saldo devedor.

Com base nas premissas e informações disponíveis na data-base, a Administração entende que o conjunto dessas fontes econômicas é suficiente para suportar a recuperabilidade dos créditos representados por debêntures e mútuos a receber da AB Concessões.

A mensuração contábil desses créditos reflete a melhor estimativa da Administração, na data-base, quanto ao fluxo esperado de realização, consideradas as premissas então disponíveis e o horizonte temporal de recuperação associado às respectivas fontes econômicas. Tais premissas envolvem julgamentos relevantes sobre prazo, êxito e conversão em caixa dos ativos e direitos considerados, sendo revisadas periodicamente à luz da evolução dos fatos e circunstâncias aplicáveis.

7. Partes Relacionadas

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

Saldos patrimoniais	31/03/2026	31/12/2025
Passivo circulante		
Serviços compartilhados – controladora: Via Appia Concessões S.A. (b)	9.472	11.632
Contas a Pagar para partes relacionadas: Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (a)	390	1.630
	9.862	13.262

Rodovias das Colinas S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

Transações	31/03/2026	31/03/2025
Custo dos serviços prestados		
Outras partes relacionadas		
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (a)	(5.583)	(4.417)
Despesas administrativas		
Controladora direta:		
Via Appia Concessões S.A. (b)	(17.026)	(10.038)
	<u>(22.609)</u>	<u>(14.455)</u>

- (a) Contrato de prestação de serviços de conservação de rotina da faixa de domínio, nas rodovias existentes na malha rodoviária administrada pela Companhia, cujos valores - divulgados como "Gastos com prestadores de serviços", conforme nota explicativa nº 18 - são os resultantes de medições de serviços efetivamente prestados, e cuja liquidação é efetuada até o último dia útil do mês seguinte ao da execução dos serviços.
- (b) Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas referente a gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executada pela controladora Via Appia Concessões, cujos valores - divulgados como "Gastos com prestadores de serviços", conforme nota explicativa nº. 19 - são arcados inicialmente pela controladora e reembolsados trimestralmente pelas controladas mediante Nota de Débito, sem qualquer margem de lucro, até o último de útil do mês subsequente à prestação de contas.

Em 27 de maio de 2024, com a venda de 100% do capital social da Companhia, da AB Concessões S.A. para a Via Appia Concessões S.A., conforme nota explicativa nº. 1, o saldo de dividendos passou a ser devido a nova controladora.

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada ou remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

O montante destinado e reconhecido como despesa nos períodos findos em 31 de março de 2026 foi de R\$ 108 (Em 31 de março de 2025 os principais administradores foram transferidos para a controladora Via Appia Concessões, desta forma não foram reconhecidas despesas desta natureza) os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores.

	31/03/2026	31/03/2025
Salários	108	-
Total	108	-

Rodovias das Colinas S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

8. Direito de Uso

A Companhia é arrendatária em contratos de veículos destinados a uso na operação, especialmente nas atividades de construção. A taxa de desconto média utilizada no respectivo período foi de 10,69% em 31 de março de 2026 e 10,69% em 31 de dezembro de 2025.

(a) Composição

Descrição	31/03/2026		
	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
Veículos	44.062	(5.996)	38.066
	44.062	(5.996)	38.066

Descrição	31/12/2025		
	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
Veículos	44.062	(3.933)	40.129
	44.062	(3.933)	40.129

(b) Movimentação

Custo	31/12/2025	31/03/2026		
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Veículos	44.062	-	-	44.062
	44.062	-	-	44.062

Amortização	31/12/2025	31/03/2026		
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Veículos	(3.933)	(2.063)	-	(5.996)
	(3.933)	(2.063)	-	(5.996)

Custo	31/12/2024	31/12/2025		
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Veículos	10.276	44.062	(10.276)	44.062
	10.276	44.062	(10.276)	44.062

Amortização	31/12/2024	31/12/2025		
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Veículos	(7.269)	(2.412)	5.748	(3.933)
	(7.269)	(2.412)	5.748	(3.933)

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

9. Intangível

A movimentação é como segue:

Custo	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de exploração de infraestrutura (d)	Outros (c)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.258.425	32.782	-	4.665	1.295.872
Adições	34.763	-	-	-	34.763
Baixas	(77)	-	-	-	(77)
Saldos em 31 de março de 2025	1.293.111	32.782	-	4.665	1.330.558
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.311.807	32.782	1.888.678	4.939	3.238.206
Adições	7.972	-	2.108.293	206	2.116.471
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2026	1.319.779	32.782	3.996.971	5.145	5.354.677
Amortização acumulada	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de exploração de infraestrutura (d)	Outros (c)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(945.942)	(28.859)	-	(3.584)	(978.384)
Amortização	(21.962)	(261)	-	(70)	(22.294)
Baixas	78	-	-	-	78
Saldos em 31 de março de 2025	(967.826)	(29.120)	-	(3.654)	(1.000.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(1.003.588)	(29.482)	(143.128)	(3.764)	(1.179.962)
Amortização	(5.453)	(32)	(31.020)	(84)	(36.589)
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2026	(1.009.041)	(29.514)	(174.148)	(3.848)	(1.216.551)
Intangível líquido	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de exploração de infraestrutura (d)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	308.219	3.300	1.745.550	1.175	2.058.244
Saldos em 31 de março de 2026	310.738	3.268	3.822.823	1.297	4.138.126

(a) Refere-se a investimentos efetuados nas rodovias que geram benefício econômico futuro e que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

(b) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota 1. Esse valor foi ajustado a valor presente, na data do seu registro original. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

(c) Refere-se substancialmente a marcas e patentes e software. A amortização é efetuada com base no período da concessão para marcas e patentes e para software é realizado a amortização de 20% a.a.

(d) Em 31 de março de 2026, o montante de R\$ 3.996.971 refere-se ao Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 28/2025 e Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 30/2026 ao contrato de concessão, referente ao equilíbrio econômico-financeiro, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

A administração da Companhia não identificou indicação de que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. Desta forma, não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

10. Debêntures

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento	31/03/2026	31/12/2025
12ª emissão: 1ª série	600.000	CDI a 100% + 1,15% a.a.	Dezembro/27	570.326	549.983
13ª emissão 1ª série	2.000.000	CDI a 100% + 0,80% a.a.	Janeiro/32	2.060.193	2.133.654
				2.630.519	2.683.637
Custo de transação				(22.690)	(24.512)
Saldo líquido				2.607.829	2.659.125
Circulante				276.297	318.235
Não circulante				2.331.532	2.340.890

Cronograma de desembolso (não circulante):

Ano do vencimento	Valor
2027	379.001
2028	129.999
2029	299.999
2030	430.001
2031	680.000
2032	430.000
(-) Custo de transação	(17.468)
	2.331.532

13ª emissão

Em 15 de julho de 2025 a Companhia efetuou liquidação da 13ª emissão de debêntures públicas simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 15 de janeiro de 2032. O montante total da emissão foi de R\$ 2.000.000, sendo 2.000.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1, em série única, e são remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 0,80% a.a. A amortização e os juros remuneratórios serão pagos em 13 parcelas, sendo o primeiro pagamento devido realizado em 15 de janeiro de 2026 e os demais serão semestrais até a data do vencimento das debêntures.

Em 15 de janeiro de 2026, a Companhia realizou o pagamento dos juros da 13ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 146.124.

12ª emissão

Em 18 de outubro de 2024 a Companhia efetuou liquidação da 12ª emissão de debêntures públicas simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 26 de dezembro de 2027. O montante total da emissão foi de R\$ 600.000, sendo 600.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, em série única, e são remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 1,15% a.a. A amortização e os juros remuneratórios serão pagos em 7 parcelas, sendo o primeiro pagamento devido realizado em 26 de fevereiro de 2025 e os demais serão semestrais até a data do vencimento das debêntures.

Cláusulas restritivas

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

As escrituras da 12ª e 13ª emissão de debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros, que são Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 3,5$ e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $\geq 1,2$. As escrituras contemplam também cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de cláusulas não financeiras.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

11. Fornecedores

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Fornecedores nacionais	10.449	10.417
Prestadores de serviço	11.193	15.865
	<u>21.642</u>	<u>26.282</u>

12. Obrigações fiscais e Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar

a) Obrigações Fiscais:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Programa de Integração Social - PIS e COFINS	11.981	11.556
Imposto Sobre Serviços – ISS	4.763	4.533
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	126	323
Outros	1.110	1.960
	<u>17.980</u>	<u>18.372</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	32.065	22.887
	<u>32.065</u>	<u>22.887</u>

13. Credor pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, composto pelos valores devidos ao DER/SP pela outorga da concessão.

O valor do ônus fixo da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 2000 e a última em fevereiro de 2020. Os montantes foram reajustados conforme mencionado na nota explicativa nº. 1.

Adicionalmente, o contrato de concessão prevê ônus variável sobre a receita de pedágio e receitas acessórias. O saldo variável é correspondente a 1,50% da receita de pedágio e 23,50% das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Conforme mencionado na Nota 1, em 30 de abril de 2025, foi celebrado o “TAM 28/2025”, onde um dos objetivos foi ajustar a percentagem de 3% calculado sobre as receitas de pedágio e das receitas

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

acessórias a título de ônus variável, para o período prorrogado (porém sem revogar o efeito do TAM que estabelece redução de 1,5% dos pagamentos do ônus variável).

O montante do ônus por concessão é apresentado como segue:

	31/03/2026	31/12/2025
Parcela variável	1.529	1.532
Total	1.529	1.532

No período findo em 31 de março de 2026, foram compensados montantes a pagar decorrentes da parcela variável do direito de outorga, com créditos mantidos perante a ARTESP, relacionados ao Projeto Ponto a Ponto (TAM nº 26/2019), conforme nota explicativa nº 01, o montante de R\$ 4.366 referente a parte variável do direito de outorga (R\$ 16.666 em 31 de dezembro de 2025).

14. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão para manutenção são revisados anualmente, e provisionados a cada trecho de rodovia com intervenções que ocorrem, em média, a cada quatro anos. Os valores foram ajustados a valor presente à taxa de 10,69% ao ano em 2026 e 2025.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.219
Constituição da Provisão	1.172
Ajuste a valor presente sobre a constituição	-
Utilização	(786)
Ajuste a valor presente	2.012
Saldo em 31 de dezembro de 2025	25.617
 Saldo em 31 de dezembro de 2025	 25.617
Constituição da Provisão	978.242
Ajuste a valor presente sobre a constituição	-
Utilização	(13)
Ajuste a valor presente	(151.972)
Saldo em 31 de março 2026	851.874
 Circulante	 25.617
Total em 31 de dezembro de 2025	25.617
 Circulante	 367.516
Não circulante	484.358
Total em 31 de março de 2026	851.874

Em 05 de fevereiro de 2026, a Companhia celebrou com o Governo do Estado de São Paulo o Termo Aditivo e Modificativo nº 30/2026 ao Contrato de Concessão Rodoviária nº 012/CR/2000, com o objetivo de incluir os investimentos relacionados às obras do 5º e 6º ciclos de intervenção de pavimento no escopo da conservação especial, reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, apurado por fluxo de caixa marginal, e promover seu reequilíbrio por meio da prorrogação do prazo da concessão.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

Em decorrência desse aditivo, a Companhia reconheceu provisão para manutenção no montante de R\$ 978.242, correspondente à estimativa dos gastos futuros com as intervenções previstas, registrada a valor presente, com ajuste a valor presente de R\$ 151.972.

15. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outras

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes casos administrativos (não trabalhistas ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários.

A administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer de referidos casos e estima que a sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes.

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros de responsabilidade civil contratados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 26, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado em 31 de março de 2026, na rubrica de outros ativos, no montante de R\$ 3.237 (R\$ 3.205 em 31 de dezembro de 2025).

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários é conforme segue:

	31/12/2025	Adições	Reversões (e)	Pagamentos	Atualizações	31/03/2026
Cíveis (a)	13.967	8.833	(13.391)	(576)	-	8.833
Trabalhistas (b)	2.365	2.847	(1.729)	(636)	-	2.847
Tributárias (d)	-	644	-	-	-	644
Outros processos (c)	18.736	-	(375)	-	-	18.361
Total	35.068	12.324	(15.495)	(1.212)	-	30.685

	31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	31/03/2025
Cíveis (a)	26.227	3.177	(6.857)	(390)	1.049	23.206
Trabalhistas (b)	97.822	-	(52)	-	14	97.784
Tributárias (d)	305	-	-	-	-	305
Outros processos (c)	17.250	-	-	-	-	17.250
Total	141.604	3.177	(6.909)	(390)	1.063	138.545

(a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. Estes valores, decorrem, dentre outros, da tese de responsabilidade objetiva (sem culpa) atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos.

(b) Referem-se a pedidos de empregados diretos e terceirizados, relativos a horas extras, adicional de insalubridade, danos morais, intervalo intrajornada, diferença e verbas rescisórias e demais multas trabalhistas. Os valores decorrem, na sua maioria, de discussões sobre a responsabilidade subsidiária da tomadora de serviços em virtude de terceirizações, conforme legislação trabalhista, e, dentre estes, parte poderá gerar alguma perda para a Companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que negou provimento para determinados recursos. Tais casos ainda têm recursos pendentes de julgamento pelos tribunais. Por recomendação dos seus advogados, a Companhia adotou a SELIC como índice de atualização das provisões de natureza trabalhistas, conforme aplicável. Em outubro de 2025, o STF aprovou a tese do Tema 1232, proibindo a inclusão automática na execução trabalhista de empresas que não participaram da fase de conhecimento. Essa decisão obriga os juízos a revisarem as execuções em curso. A Companhia revisou a probabilidade de perda das contingências trabalhistas tendo em vista a aprovação do Tema 1232.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

- (c) Correspondem, substancialmente, a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.
- (d) Refere-se a casos judiciais vinculados aos fiscos municipais, no que tange ao recolhimento do ISSQN.
- (e) A reversão apresentada no exercício é decorrente de processos pulverizados de indenização, no qual parte dos processos tiveram abatimento do valor atualizado de causa ou sofreram alteração de prognóstico, devido a fase atual do processo, conforme avaliação dos assessores jurídicos e em função do Tema 1232 mencionado no item b acima.

A Companhia, em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, é parte em processos cíveis, tributários, administrativos e trabalhistas, classificados como de risco possível com o suporte de seus advogados, advindos do curso normal de suas operações, para os quais não foram constituídas provisões, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2026	31/12/2025
Processos tributários (Nota 17)	115.951	112.408
Processos administrativos (Outros)	32.768	32.768
Processos cíveis	17.014	24.587
Processo cível – Artesp (a)	143.619	143.619
Processos trabalhistas	3.523	1.222
	312.875	314.604

(a) Adicionalmente aos processos cíveis, mencionados acima, consta a ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 143.619 (R\$ 143.619 em 31 de dezembro de 2025), na qual se discute a anulação do TAM nº 19/06, que, conforme mencionado na nota explicativa nº. 1, aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, com o suporte de seus advogados. Em novembro de 2017, o processo foi julgado improcedente em 1ª Instância, mantendo a prorrogação da concessão e em maio de 2019 restou publicado acórdão confirmando a improcedência da ação em 2ª instância. Atualmente, aguarda-se a remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal para apreciação do agravo em recurso extraordinário interposto pela Concessionária, relativamente aos capítulos do recurso extraordinário que não foram admitidos.

A Companhia mantém depósitos e bloqueios judiciais, classificados no ativo não circulante, que estão assim representados em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

	31/03/2026	31/12/2025
Processos cíveis e trabalhistas	4.819	4.485
Processos tributários (a)	116.530	111.088
Bloqueios judiciais (b)	46.888	65.080
Total de depósitos judiciais	168.237	180.653

- (a) A Companhia possui depósitos judiciais de R\$ 116.530 (R\$ 111.088 em 31 de dezembro de 2025) referente a pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de ágio fiscal, conforme mencionado na nota explicativa n.º 15; ii) outros depósitos que totalizam R\$ 578 (R\$ 578 em 31 de dezembro de 2025).
- (b) O saldo de bloqueios judiciais (decorrentes de arresto ou penhora), no montante de R\$ 46.888 (R\$ 65.080, em 31 de dezembro de 2025) referem-se a garantias judiciais, que correspondem principalmente a processos de natureza trabalhista de terceiros, nos quais a Companhia foi envolvida, apenas, na fase de execução e figurou como parte na fase de conhecimento. A Companhia adota todas as medidas cabíveis para reverter os valores sob constrição judicial.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

16. Imposto de renda e contribuição social diferidos**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Crédito de imposto	31/03/2026	Reconhecido no resultado	31/12/2025
Em li			
Diferença temporária			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	30.685	(4.383)	35.068
Ajuste a valor presente sobre debêntures ativas e mútuos	296.982	(31.242)	328.224
Provisão para perdas de créditos esperada	2.269	0	2.269
Arrendamento mercantil e provisões diversas	842	(3.096)	3.938
Provisão para manutenção	851.874	826.257	25.617
Obrigações fiscais	8.311	458	7.853
Mudança de prática contábil (ICPC 01 e OCPC 05) (i)	28.729	(3.061)	31.790
Base de cálculo	1.219.692	784.933	434.759
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total dos créditos sobre diferenças temporárias	414.695	266.877	147.818
Benefício fiscal incorporado (ii)	15.337	(1.706)	17.043
Total dos créditos	430.032	265.171	164.861

Débito de imposto	31/03/2026	Reconhecido no resultado	31/12/2025
Diferença temporária			
Outros ativos (v)	(3.115)	(30)	(3.085)
Encargos financeiros antecipados (iii)	(22.690)	1.822	(24.512)
Diferenças de taxa de amortização (iv)	(38.577)	4.286	(42.863)
Atualização de depósitos judiciais sobre o Ágio	(32.030)	(2.601)	(29.429)
Receita de reequilíbrio	(3.822.824)	(2.077.273)	(1.745.551)
Base de cálculo	(3.919.239)	(2.073.796)	(1.845.440)
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total do débito	(1.332.541)	(705.090)	(627.450)
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	(902.509)	(439.919)	(462.589)

- (i) O montante líquido de R\$ 28.729 em 31 de março de 2026 (R\$ 31.790 em 31 de dezembro de 2025) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais decorrentes da adoção da lei 12.973/2014 e está sendo amortizado pelo prazo remanescente de concessão.
- (ii) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição da Companhia, pago por sua antiga controladora, que posteriormente foi incorporada pela Companhia (incorporação reversa) em 31 de julho de 2015. Com a cisão e posterior incorporação pela Companhia da parcela cindida, a Companhia passou a ter o direito do aproveitamento desse benefício fiscal, no montante de R\$85.216, que corresponde a 34% do valor pago na aquisição do direito de concessão, registrado conforme Instrução CVM nº 319/99 e respectiva nota explicativa emitida pela CVM, bem como interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Esses impostos diferidos ativos tiveram como contrapartida a rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura da Companhia e está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até junho de 2028. Em 15 de fevereiro de 2022, por meio de Ata do Conselho de Administração da controladora AB Concessões, foi deliberado acerca do depósito judicial do ágio fiscal amortizado pela Companhia, com o consequente pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de tal ágio fiscal, bem como, pedido de declaração do direito de amortizar a parcela ainda não amortizada. Em 31 de março de 2026, o total de depósitos judiciais é de R\$ 111.088 (referente ao período de janeiro de 2016 a março de 2026).
- (iii) Referem-se às deduções de debêntures, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF retidos na liberação das debêntures, conforme Nota 9.
- (iv) Correspondem à diferença temporária entre a amortização para fins fiscais, e amortização contábil, pela curva de tráfego.
- (v) Referem-se aos casos em que a Companhia espera que parte dos valores das provisões sejam reembolsadas, em decorrência dos contratos de seguros, conforme mencionado na Nota 14

a) Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social líquidos correntes e diferidos são reconciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.388.109	140.897
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(471.957)	(47.905)
Diferenças permanentes:		
Outros Ajustes	(31)	(10)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(471.988)</u>	<u>(47.915)</u>
Correntes	(32.069)	(34.138)
Diferidos	(439.919)	(13.777)
	<u>(471.988)</u>	<u>(47.915)</u>
Alíquota efetiva dos impostos	34,00%	34,00%

Em 31 de março de 2026, consta nos processos tributários da Companhia, um processo classificado como possível pelos seus assessores jurídicos no montante de R\$115.951 (R\$112.408 em 31 de dezembro de 2025), o qual trata-se da ação declaratória com pedido de tutela provisória que visa a declarar a inexistência de relação jurídica com a União Federal (Fazenda Nacional) no que tange à incidência do Imposto IRPJ e da CSLL quanto ao reconhecimento da higidez das amortizações fiscais de ágio realizadas trimestralmente nos anos de 2016 a 2021.

Rodovias das Colinas S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 226.145 e está representado por 74.220.000 ações ordinárias sem valor nominal, detidas diretamente pela Via Appia Concessões S.A..

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de maio de 2024, foi aprovada a cisão parcial da AB Concessões S.A. com incorporação das parcelas cindidas pela Via Appia Concessões S.A., que passou a ser controladora direta da Companhia.

Reserva de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da controladora anterior Atlantia Bertin Concessões S.A. e a incorporação de suas parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do antigo Grupo e, nesta transação, a Companhia registrou Reserva de capital de R\$ 85.981 como contrapartida dos saldos incorporados (vide nota explicativa 15.(ii)). Conforme mencionado na nota explicativa nº.1, em 27 de maio de 2024 a Companhia passou a ser controlada diretamente pela Via Appia Concessões S.A..

Reserva de Lucros

Reserva legal

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em lei (20% do capital social). Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não foi constituída reserva legal, pois seu saldo já havia atingido o limite de 20% do capital social.

Lucros Retidos

O lucro remanescente, ao fim de cada exercício social, após as destinações legais e a destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica “Lucros Retidos” conforme proposta da administração, no pressuposto de sua aprovação/destinação pela Assembleia Geral Ordinária.

Conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social e, atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso, nos termos da lei. A avaliação do excedente em 31 de dezembro de 2025, será determinada na próxima AGO.

Dividendos

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2025 e 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	1.461.169	114.931
(-) Constituição de reserva legal	-	-
Lucro líquido ajustado	1.461.169	114.931

Rodovias das Colinas S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

Dividendo mínimo obrigatório – 25% sobre o lucro ajustado (i)	365.292	28.732
---	---------	--------

(i) Os dividendos intermediários distribuídos no exercício de 2025, conforme demonstrado abaixo, superam o montante de dividendo mínimo obrigatório.

Durante o exercício findo em 31 dezembro de 2025 foram pagos dividendos no total de R\$ 1.100.769 (R\$ 526.000 em 31 de dezembro de 2024), oriundos do saldo patrimonial de dividendos a pagar (nota explicativa n.º 7).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos em razão do excedente à conta de Reserva de Lucros no valor de R\$ 86.199 (Vide Nota Explicativa nº 7).

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 300.000, sendo: (i) R\$ 65.985 referente aos Lucros Retidos; (ii) R\$ 114.931 referente a Dividendo Adicional do exercício de 2024; e (iii) R\$ 119.085 referente ao Resultado do Exercício de 2025 (Vide Nota Explicativa nº 7).

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos em razão da conta do Resultado do Exercício no valor de R\$ 500.000 (Vide Nota Explicativa nº 7).

18. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme segue:

	31/03/2026	31/03/2025
Receita com arrecadação de pedágio	249.255	228.935
Outras receitas – receitas acessórias	2.560	2.416
Receita de serviços de construção (a)	2.022	26.822
Receita de reequilíbrio (b)	2.108.293	
Receita bruta	2.362.130	258.173
Impostos sobre as receitas:		
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	(12.589)	(11.569)
PIS	(1.640)	(1.507)
COFINS	(7.566)	(6.954)
Receita líquida	2.340.335	238.143

- (a) Refere-se a receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços.
(b) Refere-se a receita de reequilíbrio econômico-financeira firmado com a ARTESP, conforme TAM nº 30/2026. Para maiores informações vide notas explicativas 1.1 e 8.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

19. Custos, Despesas e Outras Receitas Operacionais por natureza

	31/03/2026	31/03/2025
Serviços de terceiros – conservação, manutenção e operação de rodovias	(980.404)	(2.059)
Amortização de intangível (a)	(38.651)	(23.005)
Custos com a exploração da concessão (custo variável de outorga)	(4.363)	(3.835)
Gastos com prestadores de serviços	(29.861)	(25.397)
Gastos com funcionários	(9.863)	(8.599)
Gastos com materiais e equipamentos	(4.697)	(7.827)
Custos com construção	(2.022)	(26.822)
Reversão (Provisão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	3.203	(4.843)
Outras despesas	(2.142)	(1.534)
Reembolso de Seguros	-	3.756
Outras receitas	48	364
	<u>(1.068.752)</u>	<u>(99.801)</u>
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(1.051.944)	(81.559)
Despesas gerais e administrativas	(20.059)	(18.606)
Outras receitas operacionais	3.251	364
Total	<u>(1.068.752)</u>	<u>(99.801)</u>

(a) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16/ CPC 06 (R2).

20. Receitas e despesas financeiras

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas financeiras:		
Receita com rendimentos de aplicação financeira e outras	26.918	5.083
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	151.973	-
Ajuste a valor presente com terceiros (nota 6)	31.243	33.402
Outras receitas financeiras	2.601	2.058
	<u>212.735</u>	<u>40.543</u>
Despesas financeiras:		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(94.828)	(37.170)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	(582)
Comissões bancárias e outras	-	(103)
Outras despesas financeiras	(1.380)	(133)
	<u>(96.208)</u>	<u>(37.988)</u>
Resultado financeiro	<u>116.527</u>	<u>2.555</u>

21. Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

Básico e diluído (em unidades)	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do exercício (em R\$)	916.122.433	92.983.426
Quantidade média ponderada de ações ordinárias, utilizada na apuração do lucro por ação	74.220.000	74.220.000
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	<u>12,34</u>	<u>1,25</u>

Nos períodos findos em 31 de março de 2026 e de 2025, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerem impacto diluidor no lucro por ação; portanto, o lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

22. Demonstrações dos fluxos de caixa

- c) Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

Informações suplementares

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Contas a Receber Poder Concedente	16.666	4.001
Outorga Variável	(16.666)	(4.001)
Fornecedores	1.169	6.477
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	1.169	6.477
 Aquisição de intangível	 (1.169)	 (6.477)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(1.169)	(6.477)
 Dividendos a pagar	 -	 164.570
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	-	164.570

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

b) Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Arrendamentos</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(2.659.125)	(40.579)	(2.699.704)
<u>Varição dos fluxos de caixa de financiamento</u>			
Pagamento de Principal e Juros	-	2.692	2.692
<i>Debêntures:</i>			
Pagamento de juros	146.124	-	146.124
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	146.124	2.692	148.816
Outras variações			
Juros sobre debêntures passivas	(94.828)	-	(94.828)
Reversão do ajuste a valor presente e juros provisionados	-	(1.020)	(1.020)
Total das outras variações	(94.828)	(1.020)	(95.848)
Saldo Final	(2.607.829)	(38.907)	(2.646.736)

A Companhia classificou os juros pagos sobre debêntures como um fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois os recursos captados têm sido utilizados pela Companhia para o resgate de debêntures anteriores, no refinanciamento de dívidas e no reforço do seu capital de giro.

Notas Explicativas Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

23. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

Valor justo dos instrumentos financeiros

a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo na data das demonstrações financeiras (nível 2 – conforme hierarquia de valor justo), devido ao que segue:

- (i) As contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias.
- (ii) Credor pela concessão refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na Nota 12.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures e as debêntures ativas e mútuos aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures passivas (a)	2.607.829	2.639.089	2.659.125	2.554.137

(a) Saldo das parcelas líquidos do custo de transação.

	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures ativas e mútuo	1.176.214	898.059	1.144.972	842.108

Valor dos instrumentos financeiros

a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Companhia conforme suas características:

Notas Explicativas Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

	31/03/2026	31/12/2025
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	55.774	281.812
Contas a receber de clientes	77.874	73.904
Debêntures ativas	1.011.592	984.461
Mútuo	164.622	160.511
Contas a receber do Poder Concedente	69.890	69.610
Passivo		
Fornecedores	21.642	26.283
Débitos com partes relacionadas	9.862	13.262
Debêntures - 12ª emissão e 13ª emissão (a)	2.630.519	2.683.637
Credor pela concessão	1.529	1.532

(a) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa nº 9.

b) *Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo*

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de março de 2026 a Companhia mantinha os instrumentos financeiros divulgados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois considera outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos.

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos no período findo em 31 de março de 2026.

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;

a) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus

Notas Explicativas Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Exposição a riscos e de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a debêntures a pagar em reais.

As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2026, a administração efetuou análise de sensibilidade, apresentando dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras, que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de março de 2026.

Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de março de 2026.

Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de março de 2026.

Os cenários II e III, de aumento de 25% e 50%, foram aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável, conforme quadro a seguir:

	Valor contábil	Cenário provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do CDI (a)	-	14,75%	18,44%	22,13%
Debentures - indexador: Debêntures - CDI (b)	(2.630.519)	(414.440)	(556.135)	(655.350)
CDB, operações compromissadas – CDI	922.717	161.101	170.149	204.197
Exposição líquida	(1.707.802)	(278.339)	(385.986)	(451.153)
Aumento nas receitas/(despesas) financeiras em relação ao cenário base	-	-	(107.647)	(172.813)

(a) Fonte: Banco Central – Taxa de juros - Histórico.

(b) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa nº 9.

Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2026, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) *Risco de crédito*

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a

Notas Explicativas Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras aprovadas pela administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias bancárias contratadas por suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias, a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

A Companhia apresenta valores a receber principalmente da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na Nota 5, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar").

A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira de primeira linha para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

A Companhia também apresenta um saldo de debêntures e mútuo devidos pela antiga controladora, AB Concessões, cujo plano de recebimento está descrito na nota explicativa 6.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Abaixo demonstramos a exposição máxima do risco do crédito:

Valor Contábil	31/12/2025	31/12/2025
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa nº 4)	55.774	281.812
Contas a receber de clientes e do poder concedente (Nota explicativa nº 5)	147.764	143.514
Debêntures ativas e mútuo (Nota explicativa nº 6)	1.176.214	1.144.972

c) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O gerenciamento do risco de liquidez também leva em consideração a gestão da distribuição de dividendos aos acionistas, os quais, conforme mencionado e demonstrado na nota explicativa nº. 7 (e), vem sendo pagos durante o exercício.

Notas Explicativas
Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos e ativos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício:

<u>Modalidade</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Juros estimados (a)</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>Mais de 90 dias</u>	<u>Circulante</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Não circulante</u>
Ativos circulantes e não circulantes									
Contas a receber	147.764	-	77.874	-	77.874	69.890	-	-	69.890
Debêntures e Mútuo	1.176.214	-	-	-	-	1.176.214	-	-	1.176.214
Total	1.323.978	-	77.874	-	77.874	1.246.104	-	-	1.246.104
Passivos									
Debêntures – Principal e Juros (b)	2.607.829	1.485.637	-	579.322	579.322	1.237.263	1.293.852	493.910	3.025.024
Credor pela concessão	1.529	-	1.529	-	1.529	-	-	-	-
Fornecedores e fornecedores partes relacionadas	31.504	-	29.361	2.143	31.504	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	38.907	13.196	2.692	7.691	10.303	16.939	14.699	9.812	41.450
Total	2.679.769	1.498.833	33.582	589.156	622.738	1.254.202	1.308.551	503.722	3.066.475

(a) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de dezembro de 2025 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

(b) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura da 12ª e 13ª emissões das debêntures.

Notas Explicativas Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

24. Gestão de Risco de Capital

A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Índice de endividamento

O índice de endividamento no fim do exercício é o seguinte:

	31/03/2026	31/12/2025
Dívida (a)	2.607.829	2.659.125
Caixa e equivalentes de caixa	(922.717)	(911.161)
Dívida líquida	1.685.112	1.747.964
Patrimônio líquido	2.115.560	1.199.439
Índice de endividamento líquido	0,79	1,46

(a) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa n.º 09.

Índice de endividamento

A Companhia possui índice de endividamento líquido de 1,32 em 31 de março de 2026 (1,46 em 31 de dezembro de 2025), como resultado da 12ª e 13ª emissões de debêntures públicas (Nota 9). Os recursos da 12ª e 13ª emissões foram destinados para usos gerais e reforço de caixa da Companhia.

25. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A operação da Companhia consiste em uma única atividade de negócio - exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

Notas Explicativas Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

26. Seguros contratados

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são renovadas anualmente.

Em 31 de março de 2026, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	41.714	Out/2026
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	71.350	Out/2026
Seguro riscos responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	63.073	Dez/2026
Seguro-garantia	Funções operacionais e de conservação	624.921	Set/2027

Brendon Azevedo Ramos
Diretor Presidente

Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luis Felipe Araujo de Carvalho
Contador - CRC 1SP-337989

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Rodovias das Colinas S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Rodovias das Colinas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 6, a Companhia possui debêntures e mútuos a receber da AB Concessões S.A., no montante de R\$ 1.176.214 mil, cuja recuperabilidade depende da expectativa de ingresso de recursos provenientes da Triângulo do Sol Autoestradas S.A. (controlada da AB Concessões S.A.), os quais estão relacionados a créditos regulatórios favoráveis à Triângulo do Sol Autoestradas S.A., já reconhecidos pelo Poder Concedente; valores potencialmente recuperáveis em processo tributário e valores potencialmente liberáveis em processos trabalhistas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2025, obtidas das Informações Trimestrais (ITR) daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 31 de março de 2025 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão com data de 15 de maio de 2025, sem ressalvas, e relatório de auditoria com data de 7 de abril de 2026, sem ressalvas e com parágrafo de ênfase sobre a recuperabilidade de debêntures e mútuos a receber.

São Paulo, 15 de maio de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da PricewaterhouseCoopers Ltda. ("PWC") sobre s Informações Trimestrais (ITR), emitidos nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2026.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da PricewaterhouseCoopers Ltda. ("PWC") sobre as Informações Trimestrais (ITR) relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2026.